



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 197 - Dezembro 2013

NOSSA OPINIÃO

- Corporações e direitos humanos: uma combinação impossível

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, USURPAÇÃO, DESMATAMENTO: O MODUS OPERANDI DAS CORPORações

- Chegou a hora de fazer justiça para as vítimas de violações sistemáticas cometidas pelas corporações transnacionais

As violações de direitos humanos e os crimes perpetrados por empresas transnacionais não são fatos isolados. Pelo contrário, como mostram a documentação dessas violações na América Latina (ver Impunity Inc., em <http://www.stopcorporateimpunity.org/?p=3329> e a acusação do Tribunal Permanente dos Povos de Madri em 2010, em <http://www.stopcorporateimpunity.org/?p=1386>) e muitas denúncias de outros continentes, eles têm caráter sistemático. Mesmo assim, as violações pelas empresas desfrutam de impunidade generalizada. Portanto, chegou a hora de reunir um contrapoder social para pressionar pelo estabelecimento de normas obrigatórias sobre as violações e crimes das corporações, passando assim a dismantelar a atual arquitetura da impunidade.

- Serra Leoa: empresas de dendezeiros violam os direitos à terra das comunidades locais

A Socfin, ligada ao grupo Bolloré e a Siva Group/Biopalm Star Oil adquiriram os direitos a uma área de quase 90 mil hectares em cinco chefias do distrito de Pujehun para estabelecer plantações industriais de dendezeiros. Mas as comunidades locais estão rejeitando a entrega de grandes extensões de terra de alta qualidade a empresas estrangeiras.

- A escravidão moderna em plantações de dendê: Os casos emblemáticos da Malásia e da Indonésia

Na Malásia e na Indonésia, a indústria do óleo de dendê usa práticas de exploração de trabalhadores. Os migrantes ficam presos ao trabalho forçado por meio de esquemas de atravessadores, que possibilitam às empresas de intermediação acumular lucros enormes enquanto forçam os trabalhadores a acumular mais e mais dívidas. Mesmo os não migrantes são vulneráveis à exploração do trabalho forçado, com os pequenos agricultores podendo assumir dívidas excessivas para com os grandes proprietários, em função de acordos injustos para empréstimos. Por fim, trabalho infantil tem sido documentado em ambos os países.

- Brasil: Compra de terras com títulos fraudulentos - usurpação para expansão celulósica

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, centenas de camponeses sem titulação sobre suas terras foram desalojadas violentamente no extremo sul baiano e no norte do Espírito Santo, em uma ação articulada por grandes empresas que se apropriaram fraudulentamente dessas terras, hoje destinadas ao

agronegócio da celulose. Um artigo recente, “Grilagem Terceirizada”, do jornalista brasileiro Theoney Araújo Guerra, publicado na íntegra no site do WRM (<http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/grilagem-terceirizada/>), ajuda a desvendar esta história que levou a uma grave violação do direito humano fundamental a ter acesso a terra.

- Camarões: oposição ao projeto de dendê da Herakles Farms em terras indígenas

Três decretos concederam terras nativas à Herakles Farms para o estabelecimento de grandes plantações de dendê no meio de quatro áreas de biodiversidade muito importantes. A oposição local ao projeto foi ignorada, assim como as advertências de cientistas e ambientalistas sobre os impactos irreversíveis do projeto.

- Megabarragens em Sarawak: como os povos indígenas se levantam para defender seus direitos

O estado malaio de Sarawak, localizado na remota ilha de Bornéu, não costuma receber atenção do mundo. Longe dos olhos da comunidade internacional, Abdul Taib Mahmud, há muito tempo primeiro-ministro de Sarawak, vem seguindo uma rígida política de exploração de recursos que não leva em conta os povos indígenas do estado. No entanto, sua última tentativa de explorar o vasto potencial hidrelétrico de Sarawak com planos para uma série de megabarragens provocou mais resistência do que ele esperava. Diante da ameaça da extinção de seus meios de vida e sua cultura tradicionais, os povos indígenas estão se unindo para defender seus direitos e seus territórios ancestrais. Um forte movimento indígena está surgindo.

- A criminalização dos protestos sociais contra a mineração

Diante do avanço mundial das indústrias extrativas, em especial a mineração, muitas comunidades reagem se defendendo e se opondo a projetos que prejudicam tanto a natureza quanto a vida dessas comunidades. As grandes transnacionais procuram erradicar os protestos sociais e, em geral, contam com o apoio dos Estados, que os qualificam como atividade perigosa, subversiva e até terrorista.

- Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário

No Acre, avança o manejo florestal sustentável comunitário, prometendo renda e a conservação da floresta às comunidades seringueiras. Neste artigo, seringueiras e seringueiros denunciam que essas promessas não são cumpridas e que o manejo, baseado na extração de madeira para fins industriais, ameaça a sobrevivência física e cultural dessas comunidades.

POVOS EM AÇÃO

- Processados por protestar contra a destruição “refinada” da Wilmar

- Brasil: Continuam as gravíssimas violações contra indígenas no Brasil

- Diga não à tomada de poder pelas corporações: rejeite a Parceria Trans-Pacífica (TPP)

- Indonésia: ação sobre as florestas consuetudinárias

- Lembrando o ativista comunitário laosiano Sombath Somphone, um ano após o seu desaparecimento

NOSSA OPINIÃO

- Corporações e direitos humanos: uma combinação impossível

No mundo dos grandes negócios, um pequeno grupo de corporações transnacionais domina, cada vez mais, quase todos os setores da economia. Se já eram grandes, agora ficaram muito grandes, e suas atividades estão causando cada vez mais impactos negativos. Ao mesmo tempo, e muito em

função de grandes lutas de comunidades, movimentos, organizações e ativistas, essas mesmas corporações foram forçadas a assumir alguns compromissos por escrito com a ética, com a responsabilidade social e ambiental; começaram montar esquemas de certificação da “sustentabilidade” e falar em “melhores práticas”; até mesmo começaram a falar em direitos humanos.

Neste boletim, dedicado mais uma vez ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, buscamos refletir sobre este tema observando a atuação das grandes corporações. Ao fazer isso, é impossível não enxergar um comportamento dessas empresas que viola os mais diversos direitos fundamentais – sejam eles consagrados ou não em leis e tratados internacionais. Como direitos fundamentais, consideramos, por exemplo, aqueles que buscam garantir a dignidade do ser humano e a justiça social e ambiental.

Veremos, neste boletim, como é violenta a concentração de terras, talvez uma das ações mais fortes no momento, se expressando de diversas formas. É violenta a forma como grandes corporações do setor de eucalipto e celulose concentram cada vez mais terras em países como o Brasil, para fazer grandes monoculturas, e como elas têm feito isso historicamente na ilegalidade e com todo o apoio do Estado. É igualmente violenta a expansão desenfreada das grandes corporações de óleo de dendê na África, invadindo terras camponesas, afetando a soberania alimentar e aumentando a fome em países como Serra Leoa. É violenta também a maneira como grandes corporações do setor de energia concentram terras para construir mega-hidrelétricas – por exemplo, na Malásia e em outros países - destruindo a biodiversidade, as florestas e a sobrevivência de milhares de pessoas para lucrar com a geração da energia que beneficia, sobretudo, a essas mesmas corporações. Há um passivo enorme com milhões de pessoas expulsas e jogadas nas periferias de grandes cidades, que hoje concentram cada vez mais gente nos países do Sul global, enquanto há terra suficiente para que grande parte dessa população pudesse trabalhar e garantir a soberania alimentar dos seus países.

É violento o tratamento também dispensado pelas corporações hoje em dia a seus trabalhadores diretos e, sobretudo indiretos. A escravidão, abolida há muito tempo no mundo, continua prevalecendo e se agravando nas regiões que abastecem grandes corporações com suas matérias-primas, por exemplo, nas extensas plantações da monocultura do dendê na Malásia e Indonésia, principais países produtores.

É violento o modo como grandes corporações não aceitam barreiras a suas atividades cada vez mais globalizadas e querem o comércio livre – uma grande vantagem para que elas aumentem ainda mais seus lucros. Como controladores de mercados, podem tirar mais proveito disso. Elas buscam garantir seus interesses em espaços fundamentais, como na Organização Mundial de Comércio (OMC), que acabou de se reunir em Bali, na Indonésia.

É violento até mesmo quando grandes empresas fazem um discurso de “sustentabilidade” da madeira tropical vinda de “manejo florestal sustentável”, quando isso contribui com a destruição gradativa das florestas tropicais, acabando com o futuro de comunidades que dependem totalmente dessas florestas para realizar seu modo de vida, servindo unicamente a objetivos de lucro e incentivando um consumo de produtos de luxo, desnecessários.

Certamente, é de suma importância continuar lutando para que nossos governos, incluindo a ONU, garantam os direitos humanos fundamentais, dando um destaque especial à luta incessante da Via Campesina nestes últimos anos para garantir a aprovação de uma declaração na ONU sobre os direitos camponeses, que merece o apoio de todas e todas.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que grandes corporações, pela lógica do próprio sistema capitalista contemporâneo, buscam acumular, especular e lucrar cada vez mais. São elas a expressão maior de um sistema intrinsecamente injusto e explorador. Buscam abrir cada vez mais mercados, até em cima da “sustentabilidade”, através de “certificados de sustentabilidade”, “políticas de responsabilidade social e ambiental” ou “códigos de ética”. Não aceitam regras compulsórias, mas sempre defendem os sistemas voluntários, até porque, na lógica do capital, os mercados não podem impor barreiras ao livre comércio das corporações, nem mesmo em nome da “sustentabilidade”.

Sem mudanças em nível global para restringir drasticamente a ação das grandes corporações, assistiremos à contínua privatização das terras e florestas em mãos do poder corporativo, e as múltiplas violações de direitos não cessarão. Vale a pena centrar esforços em buscar responsabilizar as corporações por suas violações atuais e históricas. Fazemos um apelo por apoio e a participação na Campanha para Desmantelar o Poder Corporativo e dar um fim à Impunidade que hoje rege a ação das Corporações. Direitos humanos não combinam com corporações; combinam bem com um sistema econômico baseado na solidariedade, na soberania alimentar e na justiça social e ambiental.

Início

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, USURPAÇÃO, DESMATAMENTO: O MODUS OPERANDI DAS CORPORações

- Chegou a hora de fazer justiça para as vítimas de violações sistemáticas cometidas pelas corporações transnacionais



O que é a arquitetura da impunidade e como as empresas transnacionais se beneficiam dela?

Uma das principais razões sistêmicas para a impunidade corporativa generalizada é o que muitos movimentos sociais conceituaram como Arquitetura de Impunidade: o marco normativo assimétrico que, por um lado, concede às transnacionais “superdireitos” por meio da Lex Mercatoria (o quadro jurídico que protege os interesses dos investidores, como tratados de livre comércio, tratados de investimento bilaterais e plurilaterais, etc), enquanto, por outro lado, prejudicam a força e a implementação de todas as normas jurídicas destinadas a proteger os direitos humanos.

Portanto, enquanto os instrumentos jurídicos da Lex Mercatoria são obrigatórios e têm mecanismos de aplicação – como o Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de

Comércio (OMC) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID, em inglês) do Banco Mundial – o sistema internacional de Direitos Humanos não tem um tratado sobre violações e crimes cometidos por transnacionais cuja aplicação seja obrigatória, e menos ainda um mecanismo de aplicação da norma.

Em vez disso, a iniciativa Unidade de Empresas e Direitos Humanos da ONU promove diretrizes voluntárias frágeis, por meio do marco de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), como falsas respostas à impunidade corporativa, com a cumplicidade de governos e até mesmo de algumas organizações da sociedade civil, além de um patrocínio evidente de grandes empresas transnacionais. As normas de RSC não são obrigatórias e não dispõem de mecanismos de aplicação, permitindo que as empresas continuem cometendo violações de direitos humanos e crimes sistemáticos, sem enfrentar respostas relevantes através de processos correspondentes de acusação, investigação, julgamento, indiciamento e punição, bem como, e mais importante, indenização e reparação para as vítimas. Hoje, isso é expresso pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos propostos pelo Representante Especial da ONU John Ruggie, em 2011, e aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Apresentando orientações voluntárias como falsas soluções

A Campanha Global para Desmantelar o Poder Corporativo e Acabar com a Impunidade (hyperlink: www.stopcorporateimpunity.org) organizou com os aliados uma manifestação (hyperlink: <http://www.stopcorporateimpunity.org/?p=4704>) em frente ao Fórum da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (de 2 a 4 de dezembro de 2013 em Genebra) contra a captura da Organização pelas corporações e, ao mesmo tempo, exigindo regulamentação obrigatória para empresas transnacionais. Esse Fórum é a reunião anual em que o marco de RSC é “celebrado” e deve avaliar os avanços na implementação dos Princípios Orientadores. O espaço expressou sem disfarces a captura das Nações Unidas pelo poder das corporações, não só em função da presença generalizada de transnacionais, mas também pela enganadora lógica subjacente a ele, de que não há diferença entre interesse privado e público e, portanto, a idéia de que ter um espaço de diálogo levaria a alguma espécie de colaboração frutífera entre “stakeholders” cuja orientação é comum. Isto é uma negação explícita da assimetria de poder entre os perpetradores de violações recorrentes (neste caso, várias empresas transnacionais, como documentado) e vítimas (comunidades locais e pessoas de forma mais ampla), e em muitos casos, Estados que deveriam proteger as populações e acabam muitas vezes sendo cúmplices de violações.

Tentativas históricas de regulação obrigatória

Ao longo de várias décadas, todas as tentativas de constituir marcos obrigatórios dentro do sistema de direitos humanos por meio de um tratado internacional e mecanismos de aplicação foram desmanteladas pelo lobby corporativo e a cumplicidade de governos.

Um tratado obrigatório não significa um mundo ideal, sem violações. No entanto, no marco do direito internacional, seria o mecanismo mais avançado para combater a impunidade corporativa e obter reparação e indenização para as vítimas. Ao mesmo tempo, ações judiciais e acusações resultantes disso reforçariam a denúncia do caráter sistemático de violações e crimes corporativos, e isso seria extremamente importante em uma das principais tarefas que enfrentamos hoje: desmantelar a legitimidade cultural hegemônica das corporações dentro do sistema capitalista, uma legitimidade que levou as políticas públicas em todos os níveis a ser realizadas dentro de uma ideologia enganosa, com trágicas consequências, segundo a qual o que é bom para o interesse privado das

corporações é exatamente o mesmo que o bem público e comum das sociedades.

A iniciativa em curso por um Tratado sobre Empresas Transnacionais obrigatório, no âmbito das Nações Unidas

Uma recente iniciativa de 85 países (ver <http://www.stopcorporateimpunity.org/?p=3830>) pediu que o Conselho de Direitos Humanos da ONU considerasse a adoção de uma resolução para um tratado obrigatório.

A oposição à iniciativa é generalizada. A maioria dos 85 países é beneficiária de investimentos, e alguns já podem ter sofrido assédio de governos do Norte que alegam que estar ligado a uma iniciativa desse tipo levaria à perda de fluxos de investimento, segundo a narrativa de costume.

No entanto, é importante ressaltar que mais de 40 anos de tentativas de regulamentação obrigatória careceram de uma pressão de base por parte dos movimentos sociais que poderia colocar os testemunhos das vítimas em primeiro plano e fazer com que sustentassem a reivindicação por um tratado obrigatório como poderoso instrumento em sua luta por justiça. É dessa importante lacuna – movimentos sociais e um contrapoder das vítimas de crimes corporativos – que trata a Campanha Global e sua proposta de estabelecer um Tratado dos Povos.

O processo do Tratado dos Povos: uma alternativa dos movimentos sociais

Uma das principais estratégias da Campanha Global para dismantlar o poder corporativo e impedir a impunidade é o processo do Tratado dos Povos (TP). A idéia de um Tratado dos Povos (ver <http://www.stopcorporateimpunity.org/?p=4638>) veio de um entendimento de que a Arquitetura da Impunidade deve ser combatida com o uso alternativo e radical da lei e da justiça a partir de baixo, uma proposta que se origina dos povos, especialmente daqueles mais afetados pelos crimes corporativos. Isto significa que o TP vai expor a visão política que os movimentos sociais e as comunidades afetadas têm de normas e princípios de justiça e de um sistema global sem capturas nem poder corporativo.

O valor agregado da Campanha e do processo do TP está exatamente em seu potencial para a educação popular e a “apropriação”, pelas comunidades afetadas, das reivindicações por um tratado obrigatório. Como tal, pode ser e será usado como instrumento político para mostrar apoio popular e as vozes das pessoas, ao pressionar os governos a estabelecer um mecanismo obrigatório para punir os crimes corporativos e proporcionar reparação e indenização às vítimas. A importância dessa campanha e do TP também reside no fortalecimento de uma reivindicação mais geral e global: as pessoas não querem apenas eleger, de tempos em tempo, presidentes e governos que, depois de eleitos, sigam a agenda das corporações; elas também querem ter participação ativa e voz nas decisões e processos decisórios de seus governos, assim como nas decisões em nível internacional que afetem em muito as suas vidas. Se os governos envolverem seus povos na tomada de decisões e ouvirem suas reivindicações, haverá uma chance de pôr fim às violações sistemáticas por parte de empresas transnacionais.

Diana Aguiar Orrico, dianaguair@gmail.com, Global Campaign to Dismantle Corporate Power, <http://www.stopcorporateimpunity.org>

Início

- Serra Leoa: empresas de dendezeiros violam os direitos à terra das comunidades locais



Em 9 de dezembro de 2013, foi convocada uma reunião no distrito de Pujehun sobre o arrendamento de 6.500 hectares de terras agrícolas de alta qualidade naquela região sudeste da Serra Leoa. Fontes locais disseram que anciãos convocaram a reunião para que as pessoas pudessem expressar mais uma vez suas queixas ao chefe político maior sobre o arrendamento de terras para a Empresa Agrícola Socfin.

Centenas de pessoas esperavam na aldeia de Libby Malen pela chegada das autoridades da chefia quando souberam que nove residentes da aldeia tinham sido espancados e presos pela polícia a caminho da reunião. Mais de três centenas de pessoas deixaram imediatamente o encontro para ir à delegacia de polícia na vizinha Sahn e exigir a libertação dos moradores.

Elas foram recebidas no caminho por um contingente armado da polícia, que disparou gás lacrimogêneo e balas de verdade contra a multidão, deixando muitas com ferimentos graves. Uma pessoa foi baleada no pescoço e pelo menos 57 foram presas e violentamente espancadas. Pouco tempo depois, um grupo de capangas que, segundo testemunhas, podem ter sido policiais e/ou representantes da empresa, atacou os moradores na própria Libby Malen, forçando as pessoas a fugir para o mato.

Já faz algum tempo que quem trabalha com as comunidades locais vem alertando o governo e a empresa sobre a deterioração da situação em Pujehun.

“Atualmente, as pessoas da comunidade estão morrendo de fome”, disse à GRAIN Frank Williams, um dos diretores da ONG Green Scenery, em uma entrevista dada em novembro. Williams também é coordenador da ALLAT – “Action for Large Scale Land Acquisition Transparency” – uma coalizão da sociedade civil formada em 2012 para fiscalizar questões fundiárias.

“Eles não têm terra suficiente para fazer seu trabalho agrícola. As terras foram tomadas deles. Os postos de trabalho que a empresa lhes ofereceu... eles estão recebendo menos de 50 dólares por mês. [...] Então são problemas para as pessoas da comunidade. Nós vislumbramos conflitos futuros se o governo não vier logo para tratar dessas questões.”

O distrito de Pujehun, no sudeste de Serra Leoa, foi muito afetado pela guerra civil que terminou em 2002. Hoje, é um dos vários pontos do país onde o governo está tentando atrair investimentos estrangeiros para estabelecer plantações industriais de dendê. Mas as comunidades locais estão rejeitando a entrega de grandes extensões de terra de alta qualidade para empresas estrangeiras.

Duas empresas – Socfin, subsidiária local de uma empresa com sede em Luxemburgo e controlada

pelo Grupo Bolloré, e a Siva Group/Biopalm Star Oil, com sede na Índia – adquiriram os direitos a uma área de quase 90 mil hectares em cinco chefias do distrito.

Os agricultores da região dizem que não foram realizadas consultas adequadas para possibilitar que os membros da comunidade entendessem o negócio antes de ter que assinar documentos.

Em dezembro de 2012, 101 membros de famílias donas da terra no distrito tinham escrito à Comissão de Direitos Humanos de Serra Leoa reclamando de falta de consulta, destruição de cultivos e terras, e assédio persistente por parte do chefe político do distrito, da polícia e de funcionários da Socfin.

A ONG local Green Scenery também realizou uma missão de investigação sobre os negócios com terras no distrito e publicou um relatório. A subsidiária local da Socfin respondeu com uma ação judicial por difamação contra a ONG. Posteriormente, em outubro de 2013, segundo Williams, a empresa acusou vários membros da comunidade de destruir dendezeiros pertencentes a ela.

“Seis pessoas foram presas”, diz Williams. “As acusações contra elas – a primeira, de incitamento, a segunda, de conspiração, e a terceira, de destruição de propriedades da empresa – essas são as acusações feitas contra os seis detidos pela Socfin”.

Elas foram detidas por várias semanas antes de ser libertados sob fiança no final de novembro. Um dos seis estava entre os presos em frente à delegacia de polícia, em Sahn, no dia 9 de dezembro.

Williams diz que os membros da comunidade se comprometeram a deter a empresa, apesar da violência e da intimidação que enfrentam. Ele conta a história de Safiya Vandi, que se recusou a permitir que sua terra – vendida sem o seu consentimento – fosse destruída para dar lugar a uma vasta plantação de dendê.

“Com o coração e a mente fortes, a mulher parou na frente da retroescavadeira para que eles não pudessem desmatar a terra”, disse Williams. “E a interrupção causada por ela parou o trabalho naquele dia. É provável que casos como este surjam com frequência, porque as queixas dos membros da comunidade não estão sendo ouvidas.”

GRAIN, <http://www.grain.org/>

Início

- A escravidão moderna em plantações de dendê: Os casos importantes da Malásia e da Indonésia



Foto: E. Benjamin Skinner

Malásia

A Malásia se tornou um destino para os trabalhadores migrantes de outros países do sudeste da Ásia – principalmente Indonésia, Tailândia e Bangladesh – que geralmente ocupam empregos não qualificados e de salários baixos em diferentes setores, incluindo a indústria de óleo de dendê, de mão de obra intensiva.

Até 2006, a Malásia tinha um sistema direto de recrutamento, que foi substituído por um sistema centralizado de migração que introduz a terceirização – obrigatória para empregadores com menos de 50 trabalhadores e opcional para os demais. Intermediários de mão de obra se transformam em empregadores de trabalhadores temporários, atuando como atravessadores entre estes e a empresa de plantação, pagando menos e lucrando com a diferença. A maximização da produtividade acontece muitas vezes em detrimento de condições razoáveis de trabalho e de vida e dos direitos dos trabalhadores das plantações.

Grupos como Verité e Anistia Internacional têm relatado abusos por parte de intermediários de mão de obra, que cobram até 1.000 dólares por vistos. Esses intermediários também têm sido criticados por encontrar taxas adicionais a ser cobradas de cada trabalhador migrante, exigindo altas quantias para “re-registrar” documentos de imigração.

A terceirização levou a uma situação em que muitos trabalhadores migrantes, seduzidos pelos intermediários, acabam trabalhando em plantações, mesmo se não forem adequados ou não estiverem preparados para esse tipo de trabalho. O resultado é que os trabalhadores migrantes muitas vezes se sentem menos satisfeitos e são menos produtivos e comprometidos com seu trabalho.

Além disso, os trabalhadores costumam ficar presos nos complexos de plantações de dendezeiros, geralmente distantes e fechados, ainda mais porque têm que apresentar autorizações de trabalho, vistos e passaportes aos empregadores. Nos casos em que conseguem sair da plantação, os trabalhadores migrantes ficam muito suscetíveis a extorsão por parte da polícia local, cuja principal tarefa é devolvê-los às plantações em que estão empregados. Os migrantes que conseguem escapar de uma plantação não têm condições de encontrar emprego legal na Malásia e, como

passam a ser imigrantes ilegais, tornam-se vulneráveis a multas elevadas, prisão e castigos físicos aplicados pela polícia. No caso de conseguirem encontrar emprego em outro lugar, muitas vezes isso se dá em plantações pequenas e independentes que atraem poucos grupos de fiscalização da indústria e do governo, expondo esses migrantes a práticas trabalhistas mais exploradoras.

Por outro lado, mesmo os não migrantes são vulneráveis ao trabalho forçado por dívidas. O modelo de produção baseado em pequenos agricultores é uma estratégia desenvolvida pelas empresas de dendê para criar um setor de plantações mais abrangente, onde elas são as vencedoras. O relatório Práticas Trabalhistas Exploradoras na Indústria Global do Dendê, elaborado pela Accenture para a Humanity United, revela que “os pequenos proprietários geralmente tomam empréstimos entre 3 mil e 6 mil dólares (a 30% de juros ao ano) de um plantador comercial, para comprar mudas, fertilizantes e outros insumos. Como as plantas de dendê levam de 3 a 4 anos para dar frutos, nesse meio-tempo, os pequenos agricultores trabalham como diaristas com salários de 2,50 dólares por dia em plantações comerciais maduras. Quando sua plantação se torna produtiva, a renda média de um lote de dois hectares é de 680-900 dólares por mês. A baixa renda, combinada com os grandes custos iniciais e o pagamento de juros relativamente altos, faz com que os pequenos agricultores frequentemente assumam dívidas com a empresa de dendê, muitas vezes por um tempo longo. Ao invés de exigir pagamento em dinheiro, algumas empresas que fornecem os empréstimos exigem que os agricultores lhes vendam seus frutos de dendê a preços que não são definidos pelo mercado, mas por elas próprias. Os agricultores ficam ligados à plantação principal nos termos estabelecidos pelas empresas até que suas dívidas sejam completamente liquidadas. Estas alegações foram comprovadas por meio de entrevistas de campo, bem como pelo testemunho de agricultores em várias reuniões da RSPO.

Os agricultores falam emocionados sobre serem “fantasmas em [sua] própria terra” por causa do ciclo interminável de dívida a que estão presos. Apesar de não serem universais, esses problemas são comuns e equivalem a extrair trabalho forçado de propriedades de pequenos agricultores.

O trabalho infantil em plantações de dendezeiros é uma espécie de legado da imigração. A lei da Malásia proíbe trabalhadoras migrantes de dar à luz a filhos enquanto estiverem no país. No entanto, muitas o fazem, e essas crianças não têm cidadania da Malásia nem do país de origem de seus pais e, assim, tornam-se apátridas e geralmente são forçadas a trabalhar nas plantações. Elas ajudam os membros da família a cumprir as elevadas quotas estabelecidas pela administração das plantações, recolhendo frutas caídas, ajudando a carregar cachos de dendê e os colocar em caminhões, e a capinar as plantações. Na Malásia, estima-se que entre 72.000 e 200.000 crianças apátridas trabalhem nas plantações de dendê.

Indonésia

Segundo um relatório do Instituto Schuster de Jornalismo Investigativo (2), existe violação generalizada dos direitos humanos em plantações de dendê na Indonésia. Baseando-se em várias entrevistas com trabalhadores de 12 plantações em Bornéu e Sumatra – duas ilhas que detêm 96% das operações de dendê do país – a investigação revelou que, entre os cerca de 3,7 milhões de trabalhadores na indústria de óleo de dendê do país, milhares de crianças e adultos trabalhadores enfrentam escravidão moderna.

A investigação descreve trabalhadores cujas identificações nacionais e outros documentos legais foram confiscados pela empresa para impedir que deixassem a fazenda, ainda que temporariamente, ou voltassem para casa durante os anos de seu contrato. É comum os trabalhadores não receberem

por seu trabalho até que seus compromissos tenham sido cumpridos, e o acesso a dinheiro se dá através de empréstimos feitos pelo recrutador. Eles ficam presos a uma situação de falsa dívida, como foi o caso denunciado por vários trabalhadores que se queixaram de ser mantidos em cativeiro pela CV Sinar Kalimantan, que faz intermediação de mão de obra para uma grande empresa produtora de óleo de dendê, a gigante Kuala Lumpur Kepong Berhad (KLK), com sede na Malásia.

Membros da equipe de investigação do Instituto Schuster também encontraram crianças trabalhadoras, algumas de apenas nove anos, em todas as plantações que visitaram. Elas geralmente trabalham no viveiro de mudas, recolhem dendezeiros sem frutas, caídos no chão, ou até mesmo têm seus próprios acordos de trabalho com supervisores das plantações.

Apesar dos abusos generalizados, as grandes empresas de dendê saem ilesas. A Mesa Redonda sobre Dendê Sustentável (RSPO) – o regime de certificação voluntária da indústria de óleo de dendê – declarou que nunca cancelou a certificação nem suspendeu um membro por não aderir às normas de trabalho... Pelo menos 38 empresas compraram óleo de dendê e derivados da KLK desde 2009, incluindo Archer Daniels Midland, Unilever, Procter & Gamble (P&G), além da Cargill, que vendeu o óleo de dendê e derivados para a Nestlé, General Mills, Kraft Foods e Kellogg Company.

Fontes:

(1) “Exploitative Labor Practices in the Global Palm Oil Industry”, elaborado pela Accenture para Humanity United, http://humanityunited.org/pdfs/Modern_Slavery_in_the_Palm_Oil_Industry.pdf

(2) “Forced Labor and Child Labor on Palm Oil Plantations”, relatório do Schuster Institute for Investigative Journalism, Brandeis University, <http://www.schusterinstituteinvestigations.org/#!slavery-palm-oil-plantations-indonesia/cqcc>

Início

- Brasil: Compra de terras com títulos fraudulentos - usurpação para expansão celulósica



Um artigo recente, “Grilagem Terceirizada”, do jornalista brasileiro Theoney Araújo Guerra, publicado na íntegra no site do WRM (<http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/grilagem-terceirizada/>), ajuda a desvendar a história que levou a uma grave violação do direito humano fundamental a ter acesso a terra. Seguem alguns dos principais elementos do artigo do Theoney, e informações de uma nova ação proposta pelo Ministério Público Federal do Espírito Santo contra a Fibria (ex-Aracruz) para anular títulos fraudulentos de terras griladas por essa empresa nos anos 1970.

O ataque e o despejo, em princípio realizados por um bando de foragidos e pistoleiros, continuou na

década de 90 com a chegada da empresa Veracruz Florestal, iniciadora do negócio que hoje é a Veracel Celulose. Em agosto de 1994, os irmãos Geraldo e Dedé tiveram suas terras “confiscadas” à força. Aproveitando que eles haviam ido à cidade de Eunápolis e deixado dois trabalhadores cuidando de seus cultivos e animais, homens armados e encapuzados da Veracruz irromperam violentamente no local e os expulsaram. Ao regressar, os irmãos encontraram uma cena desoladora: casa e plantios semidestruídos, objetos esparramados e animais mortos.

Nos dias que se seguiram, os irmãos trataram, sem sucesso, de falar com os dirigentes da empresa. Mais tarde, tentaram regressar a suas terras, mas homens armados bloqueavam todos os acessos. Tentaram a via judicial, mas isso também não deu resultado.

Esta é apenas mais uma das centenas de histórias de invasão, destruição de bens e até de assassinato de camponeses sem titulação registradas que vêm sendo registradas há mais de 20 anos nas delegacias de polícia de várias cidades da região. Mesmo assim, nenhum desses crimes jamais se transformou sequer em processo judicial.

O fato é que não foram atos individuais, e sim uma ação organizada de grandes empresas que estiveram direta ou indiretamente envolvidas, como, inicialmente, Indústrias Cabrália S/A, Florestas Nipo-Brasileiras (Flonibra), que, durante muitos anos compraram terras com essa procedência, ou a Brasil Holanda de Indústria S/A (Bralanda), uma multinacional madeireira holandesa com um longo histórico de invasões de terras, atos de violência e assassinatos, a qual expulsou mais de uma centena de pequenos camponeses que ocupavam terras em Vale Verde, distrito de Porto Seguro.

A compra de terras mediante títulos fraudulentos (grilagem) foi incentivada ao se incluírem novas zonas do extremo sul baiano nos planos de expansão das empresas de celulose. Criaram-se dois pólos florestais, um no Extremo sul e outro no Litoral Norte, que contaram com o investimento inicial da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), associada à empresa Japan Brazil Pulp Resources Development Co. (JBP). As duas empresas criaram a Flonibra, que também adquiriu da Indústrias Cabrália milhares de hectares de terras griladas.

Durante todo o processo de invasão de terras, a Flonibra desmatou extensas superfícies para explorar madeira, que vendeu para o Japão e países de Europa.

O embate final, a partir da década de 80, foi feito pela empresa Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri. No início da década seguinte, na microrregião de Eunápolis, o Grupo Odebrecht estabeleceu a Veracruz Florestal, embrião de Veracel Celulose.

Movimentos sociais, a ONG Cepedes – com sede em Eunápolis – e o próprio Ministério Público denunciaram essa empresa por haver ocupado ilegalmente milhares de hectares de terras públicas e ter adquirido propriedades com títulos fraudulentos.

Atualmente transformado em pólo industrial celulósico, o extremo sul baiano é um imenso eucaliptal. A implantação desse projeto de “desenvolvimento” deixou um enorme passivo socioambiental, fazendo vítimas entre as centenas de famílias que hoje vivem na periferia das cidades da região, sem perspectivas de vida e sem a mínima chance de voltar às terras das quais foram expulsas.

Contudo, há uns dois anos, os irmãos Geraldo e Derolino voltaram a ocupar uma parte das terras nas quais viveram. Como resposta, a Veracel enviou dois funcionários para visitar o lugar, e eles reconheceram que a área não pertence à empresa.

“Aqui eu vivi parte da minha vida, e aqui eu vou ficar pelo resto dela”, disse Geraldo. Com seu irmão, ele construiu uma casa de barro entre os eucaliptos e instalou plantios que já deram as primeiras colheitas e lhe devolveram a felicidade de plantar e colher.

Essa boa notícia da recuperação das terras por parte dos dois irmãos camponeses vem acompanhada de outra: no último dia 20 de novembro, o Ministério Público Federal de São Mateus, Espírito Santo, iniciou uma ação na justiça contra a empresa Fibria S/A (antiga Aracruz Celulose), o estado do Espírito Santo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ação pede a anulação dos títulos de terras públicas concedidos pelo governo à Aracruz Celulose, por se tratar de processo fraudulento em que a Fibria (ex-Aracruz) usou seus próprios trabalhadores para assinar declarações em que eles se fizeram passar por agricultores para poder comprar e legalizar terras públicas – as quais eles passaram imediatamente às mãos da empresa. Além de devolver a propriedade pública obtida mediante ocupação ilegal de terras, o Ministério Público quer que, uma vez demonstrada a posse tradicional dessas terras por comunidades quilombolas, seja feita a titulação em nome das comunidades de São Mateus e Conceição da Barra. Por outro lado, em função da privação do direito de ocupação dessas terras pelas comunidades quilombolas, o Ministério Público pede à Fibria uma reparação por danos coletivos no valor de um milhão de reais (equivalentes a cerca de 430.000 dólares).

A ação também busca que, por um prazo de 30 dias, seja suspenso qualquer tipo de financiamento do BNDES à Fibria com objetivo de estabelecer plantações de eucalipto e produção de celulose nas terras em questão

Baseado no artigo “Grilagem terceirizada”, do jornalista Teoney Araújo Guerra, disponível na íntegra no site do WRM no link: <http://wrm.org.uy/es/otra-informacion-relevante/grilagem-terceirizada/>; e na nota à imprensa da Procuradoria da República no Espírito Santo – “MPF/ES entra com ação contra antiga Aracruz Celulose por grilagem de terras públicas” – publicada em EcoDebate, <http://www.ecodebate.com.br/2013/12/06/mpfes-entra-com-acao-contra-antiga-aracruz-celulose-por-grilagem-de-terras-publicas/>

Início

- Camarões: oposição ao projeto de dendê da Herakles Farms em terras indígenas



Foto: Greenpeace/Alex Yallop

Em 25 de novembro de 2013, o presidente de Camarões assinou três decretos concedendo 19.843 hectares de terras indígenas à SG Sustainable Oils Cameroon/Herakles Farms no sudoeste do país,

para o estabelecimento de uma grande plantação de dendezeiros.

Moradores e organizações locais denunciam que os decretos presidenciais, cheios de irregularidades, lembram o colonialismo e a escravidão e violam disposições da lei camaronesa sobre posse de terras, de 1976, bem como as leis internacionais sobre alterações climáticas. Estas exigem que não se aumentem as emissões através da conversão das florestas tropicais em sistemas de monocultura, tais como plantações industriais de dendê, o caso em questão.

O decreto do presidente que faz uma concessão de terras à Herakles em uma área muito sensível ignorou a oposição local ao projeto, bem como as advertências de cientistas eminentes e ambientalistas de que irá causar impactos generalizados e irreversíveis.

A ONG camaronesa SEFE denuncia que as decisões violam o princípio segundo o qual qualquer desenvolvimento sustentável só será possível quando todas as partes aceitarem realizar um empreendimento com o estrito respeito a princípios e critérios relevantes guiados por leis e convenções existentes.

Desde 2010, a SEFE liderou uma campanha contra a Herakles Farms, organizando resistência na comunidade contra o estabelecimento de grandes plantações de dendê em quatro áreas protegidas muito importantes, incluindo o icônico Parque Nacional Korup. A área também é uma complexa formação de bacias (Reserva Florestal Rumpi Hills), que fornece água doce para comunidades vizinhas e distantes em Camarões e na Nigéria, e é considerada por muitos como um ponto importante para a biodiversidade. Portanto, o projeto não apenas terá impactos negativos sobre as comunidades próximas, mas também sobre as comunidades distantes que vivem nas franjas costeiras em Camarões e na Nigéria (Estado de Cross River). Elas sofrerão graves impactos de poluição, inundações, mudanças na hidrologia e perda de biodiversidade. Outros sistemas subjacentes, como manguezais ao sul do projeto, também serão afetados.

A tensão é alta na área de concessão desde a assinatura do decreto e pode resultar em conflitos entre as aldeias da região que há muito coexistem em paz e desfrutam da vida em comum há muitos séculos.

Em várias ocasiões, a empresa disse que a área é uma floresta secundária e degradada, mas a maior parte da terra dentro do arrendamento da Herakles é de floresta intocada, seja em Fabe, Masaka, Sikam, Talangaye ou outras comunidades.

A SEFE exige que o decreto seja cancelado por causa dos dados incorretos contidos nos chamados documentos técnicos, uma vez que carece de informações reais e de contribuições das comunidades. A ONG acredita também que a concessão de terras para o estabelecimento de uma grande plantação de dendê, a qual é social, econômica e ambientalmente insustentável, nesta área, vai contra as obrigações de Camarões para com instrumentos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Convenção sobre Diversidade Biológica, RAMSAR, leis de direitos humanos e outros, que exigem forte adesão à paz e à estabilidade, incluindo a preservação do meio ambiente e a proteção dos cidadãos.

A SEFE afirma que “vai continuar com a campanha até que se faça justiça, porque nenhum decreto jamais extirpou ou extirpará a justiça”.

Com base no comunicado de imprensa da SEFE: “SEFE calls President of Cameroon's land deal with US company Herakles Farms a grave injustice and hindrance to conventional values”,

- Megabarragens em Sarawak: como os povos indígenas se levantam para defender seus direitos



300 indigenous people protested against Sarawak's dams at the congress of the International Hydropower Association (IHA) this May in Kuching

Foto: <http://www.savesarawakrivers.com>

A história da exploração de recursos, corrupção e abusos dos direitos humanos

Sarawak abriga uma flora e uma fauna incrivelmente ricas. Suas florestas tropicais são um dos lugares de mais biodiversidade do planeta. No entanto, seu primeiro-ministro Taib Mahmud vem explorando radicalmente os ricos recursos do estado durante o seu reinado de mais de trinta anos no poder. Hoje, a taxa de desmatamento de Sarawak é mais de três vezes a da Ásia em geral. (1) As plantações também estão se expandindo rapidamente: cerca de 8% do estado já estava coberto com plantações de dendezeiros em 2012 (2) e o governo planeja dobrar a área plantada até 2020. (3)

O primeiro-ministro Taib Mahmud lucrou pessoalmente com a exploração desses recursos. Taib usou sua posição política para dar aos membros de sua família concessões de madeira, óleo de dendê ou contratos com o Estado. Em Sarawak, a família de Taib controla um diversificado império de negócios, com interesses na indústria da madeira e sua extração, plantações, fornecimento de energia elétrica, construção e meios de comunicação. Durante o mandato de Taib, ele e sua família imediata acumularam participações em mais de 400 empresas em todo o mundo. A fortuna pessoal dele foi estimada em 15 bilhões de dólares.

Os abusos dos direitos humanos têm acompanhado a exploração agressiva dos recursos naturais em Sarawak. O direito dos povos indígenas a suas terras ancestrais já foi negado muitas vezes. As comunidades indígenas querem que suas florestas, as quais elas têm usado para caça e coleta durante séculos e que constituem uma parte essencial da sua identidade e sua cultura, sejam legalmente reconhecidas. O governo, no entanto, só está disposto a conceder terras se a vegetação tiver sido cortada para a agricultura – o resto da terra é considerado estatal e, portanto, disponível para a extração de madeira e óleo de dendê.

Como os direitos do povo escoam com as águas das barragens

O último ataque do governo às terras dos povos indígenas é uma série de pelo menos 12 usinas hidrelétricas: o governo de Sarawak e a empresa estatal de energia da Malásia, a Sarawak Energy, visam um aumento de seis vezes na capacidade de produção de eletricidade a partir dos 1.300 Megawatts de hoje, para algo entre 7.000 MW e 8.500 MW em 2020. (4) É muito questionável se haverá compradores suficientes para a nova energia, mas as empresas da família Taib lucram de qualquer maneira, pois constroem as linhas de transmissão e os locais de reassentamento, além de ter monopólio sobre o cimento e estar envolvidas nas fundições que serão alimentadas pelas novas barragens.

Sarawak é conhecida por ter uma das maiores barragens da Ásia, a recém-concluída barragem de Bakun. Os 10.000 indígenas desalojados contam histórias de promessas não cumpridas e perda de meios de subsistência. Eles nunca foram devidamente informados nem consultados sobre a construção da barragem. As circunstâncias nos locais de reassentamento não lhes permitiram dar continuidade a seu estilo de vida tradicional, já que a terra disponível para a agricultura muitas vezes é inadequada e não há mais matas para a caça e a coleta de produtos florestais. Muitos deles ainda esperam receber todo o pacote de indenização prometido – mais de uma década após seu reassentamento.

O reassentamento para a Barragem de Murum, a primeira da nova série, teve início em setembro de 2013, apenas três semanas antes de começar o enchimento do reservatório. Assim como ocorreu antes em Bakun, os direitos das comunidades afetadas foram violados: as comunidades indígenas não tiveram oportunidade de dar nem de recusar seu consentimento livre, prévio e informado ao projeto. A avaliação de impacto social e ambiental foi feita somente após o início da construção. O direito dos povos indígenas a escolher seu próprio caminho de desenvolvimento lhes foi negado: o governo usa o reassentamento para forçar as pessoas a entrar na sociedade dominante.

Salvem os rios de Sarawak: um movimento indígena está surgindo

A barragem de Baram, a próxima hidrelétrica proposta, afetaria 400 km² de terras indígenas e até 20.000 pessoas. Os afetados já ouviram as histórias de seus irmãos e irmãs desalojados pelas barragens de Bakun e Murum, e já fizeram suas primeiras experiências com a Sarawak Energia: consulta e consentimento são entendidos como dar informações sobre como a hidrelétrica de Baram vai melhorar as vidas deles. As primeiras desapropriações de terras já ocorreram, embora nenhuma avaliação ambiental tenha sido concluída e o projeto não tenha sido aprovado oficialmente. Consequentemente, os povos indígenas tomaram a decisão de lutar contra a barragem de Baram e proteger suas terras ancestrais.

Grandes corporações lucram com grandes barragens em Sarawak

A International Hydropower Association (IHA) é um lobby da indústria composto por construtoras e financiadores de barragens que promovem o uso da energia hidrelétrica. A IHA está trabalhando estreitamente com a empresa de energia elétrica Sarawak Energy Berhad (SEB) para promover as barragens em Sarawak como “melhor prática”, apesar das evidências em contrário.

Na verdade, as empresas que estão construindo e prestando serviços de consultoria para as barragens de Sarawak –

incluindo SEB, Norconsult, Hydro Tasmania, China Three Gorges Corporation e Sinohydro – patrocinam a IHA. A Corporação Financeira Internacional, do Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento também apoiaram a IHA, a qual, em maio deste ano, organizou um seminário na Malásia, no âmbito do seu Congresso de 2013.

A SEB afirmou que a ferramenta de auditoria de “sustentabilidade” voluntária da IHA, o Hydropower Sustainability Assessment Protocol (HSAP), pode ajudar a gerenciar os riscos ambientais e sociais das barragens de Sarawak.

No entanto, o HSAP foi desenvolvido sem a participação das comunidades atingidas por barragens e da sociedade civil, e tem recebido críticas por ser controlado de perto pela indústria, pela exclusão das pessoas afetadas e por seu sistema de pontuação subjetivo, que poderia ser usado para fazer lavagem verde nas barragens.

“Está claro que a construção das barragens se destina principalmente a fornecer energia para as indústrias que a utilizam de forma intensiva, como usinas de fundição de alumínio, fábricas de magnésio e indústrias de silício,” denunciou a rede local das comunidades indígenas e organizações da sociedade civil Save Sarawak Rivers.

Fontes: “The Sarawak Dams and Industry Greenwash”, Save Sarawak Rivers, <http://www.savesarawakrivers.com/ihahsap/>

As comunidades afetadas e grupos da sociedade civil fundaram a organização “Save Sarawak Rivers Network” (SAVE Rivers) no final de 2011, com o seguinte objetivo: “Juntos, estamos trabalhando para proteger nossos direitos humanos e deter as barragens destrutivas em Sarawak”. Desde então, eles têm agido de forma incansável. Suas cartas, abaixo-assinados, conferências e protestos têm recebido muita atenção do público.

Quando a Sarawak Energy tentou realizar um tradicional ritual de oração do Baram, no local da barragem proposta, em 2012, moradores irritados interromperam a cerimônia em barcos. Filipe Jau, membro da SAVE Rivers, perguntou: “Como pode a Sarawak Energy e o governo realizarem nossa tradicional oração ritual “Mayau Dalleh” para abençoar uma barragem que irá destruir nossa cultura de Baram?” Alguns dias depois, 150 indígenas realizaram a sua própria oração contra a hidrelétrica, no mesmo local.

Em maio de 2013, as empresas internacionais de energia hidrelétrica se reuniram em Kuching. Elas se depararam com 300 manifestantes que haviam viajado de toda a Sarawak para falar contra a construção de barragens e o desrespeito em relação ao direito que têm a suas terras ancestrais. Desde outubro, cerca de 200 indígenas têm participado de dois bloqueios na área de Baram – um contra a continuação da construção da estrada de acesso e outro perto do local proposto para a barragem. O trabalho de construção da estrada e a amostragem de solo sofreram uma paralisação completa.

Os manifestantes foram surpreendidos por seu próprio sucesso. As ações e, principalmente, os bloqueios receberam muita solidariedade. Parece que o movimento contra as barragens se ampliou e mobilizou muitos grupos indígenas a partir de questões relacionadas à terra. Em breve, poderá ter chegado a hora de uma mudança em Sarawak. Vamos apoiar as comunidades na luta pelos seus direitos e terras!

Mais informações e ações a ser realizadas:

Assine o abaixo-assinado no site da SAVE Rivers: www.savesarawakrivers.com

Assista ao filme: www.youtube.com/watch?v=wewbJbo711Q

Leia mais: www.stop-corruption-dams.org, www.sarawakreport.org/tag/dam-watch/

Autores: Annina Aeberli, Bruno Manser Fund, www.bmf.ch. O Bruno Manser Fund, com sede na Suíça, está empenhado em proteger as florestas tropicais ameaçadas e os direitos dos povos indígenas em Sarawak. A organização tem trabalhado em estreita colaboração com a rede local SAVE Rivers no apoio à luta contra as megabarragens planejadas em Sarawak.

(1) SarVision, Impact of oil palm plantations on peatland conversion in Sarawak 2005-2010”, 25 de janeiro de 2011, <http://www.wetlands.org/Portals/0/publications/Report/Malaysia%20Sarvision.pdf>

(2) Malaysian Palm Oil Board (MPOB) “Oil Palm Planted Area”, dezembro de 2012, http://bepi.mpob.gov.my/images/area/2012/Area_summary.pdf

(3) Jack Wong (2010) “Sarawak to double oil palm plantation area”, in: The Star [Malaysia], 30.11.10.

(4) Sarawak Energy Berhad (2012) “2010 Annual Report”, página 28.

[Início](#)

- A criminalização dos protestos sociais contra a mineração



Foto: <http://www.minesandcommunities.org/>

A criminalização dos protestos sociais das comunidades se estende em nível mundial. Na América Latina, o Observatório de Conflitos de Mineração da América Latina (OCMAL), uma articulação de diversas organizações sociais, emitiu uma declaração que denuncia processos violentos na região.

“O Observatório de Conflitos de Mineração da América Latina – OCMAL –, reunido em seu 5º Encontro na cidade peruana de Lima, manifesta seu total repúdio à série de assassinatos que aconteceram nas últimas semanas na Nossa América, e que, no dia de ontem, fizeram mais uma vítima no país irmão do Equador. O companheiro Fredi Ramiro Taish Tiwiram, da comunidade indígena Shuar, foi assassinado em uma confusa operação do exército equatoriano diante da

chamada mineração ilegal. Deve-se ressaltar que o povo Shuar está sendo duplamente atacado, pela presença da mineração feita por transnacionais e pela mineração em pequena escala existente na região. Este novo crime se soma ao que aconteceu recentemente na Colômbia, onde foi tirada a vida de César García, integrante do Comitê Ambiental e Camponês de Cajamarca, reconhecido líder da oposição ao projeto mineiro de La Colosa – impulsionado pela transnacional Anglo Gold Ashanti. Esses assassinatos nos fazem lembrar daqueles também perpetrados na Bolívia, contra José Mamani, o que aconteceu em Malku Qota e os oito feridos a bala no ano passado, naquele mesmo país, além da repressão, da judicialização e dos mortos no Peru por se oporem à mineração no projeto Conga, da empresa Yanacocha, e na Província de Espinar, com o projeto da empresa Glencore Xstrata, entre muitos outros casos.

Para o OCMAL, esses assassinatos não podem ser entendidos de maneira isolada em relação à imposição do modelo extrativo minerador na região. Pelo contrário, fazem parte de um cenário de conflituosidade agenciado pela irrupção de grandes corporações em territórios hoje disputados por empresas que empregam estratégias de destituição das comunidades. Se esses agentes externos não tivessem chegado com seus projetos aos territórios, seguramente as esposas, os filhos, as famílias e as comunidades de nossos companheiros hoje continuariam contando com sua companhia, com seus ensinamentos e com seus sorrisos.

Manifestamos nossa profunda preocupação e indignação pela crescente criminalização dos defensores da natureza na região – estratégia que está sendo utilizada por empresas e governos latino-americanos, inclusive por alguns daqueles que se dizem progressistas ou alternativos. Entendemos essas estratégias de criminalização em um sentido amplo, passando pela estigmatização, a invisibilização, as ameaças individuais e coletivas, a judicialização, a repressão e a militarização dos territórios, inclusive resultando em assassinatos, como mostram as recentes mortes que apontamos e as que aconteceram historicamente em nossos países. O objetivo final da criminalização em nossa região atualmente é anular a possibilidade de ser diferentes, de exercer livremente a oposição e a denúncia da destruição, e a possibilidade de manter relações harmônicas com a natureza.

Convidamos aos povos irmãos e a suas organizações nacionais e internacionais para cercar da solidariedade que lhes caracteriza as famílias e comunidades que hoje se enlutam como consequência da desaparecimento física de nossos companheiros. A solidariedade que expressa a ternura de nossos povos nos fará recordar para sempre que a morte oferecida pelo modelo extrativo não poderá calar a luta nem desbotar a alegria de homens e mulheres livres, dignos e solidários.

Das instituições competentes dos países onde foram perpetrados os crimes, exigimos celeridade e esclarecimento dos motivos dos ataques, e a identificação e a captura de seus autores intelectuais e materiais. Também exigimos que se respeitem os regimes constitucionais e os tratados internacionais para a garantia do direito a um meio ambiente saudável como condição necessária para proteger o direito à vida. Além disso, exigimos a revisão dos marcos normativos e legislações que favorecem a impunidade dos crimes econômicos e ecológicos de empresas e corporações, e que se expressam, entre outras, na lei de mineração em exame na Bolívia e na lei de resguardo da ordem pública no Chile – despropósitos que, além de tudo, aprofundam a repressão social.

Solicitamos respeitosamente aos organismos internacionais de direitos humanos seu acompanhamento preventivo das comunidades que se encontram em grave risco em função dos conflitos socioambientais que o modelo extrativo implantou e exacerbou. Também solicitamos seu pronunciamento e ação frente à falta de garantias para exercermos o legítimo direito ao protesto pacífico e à organização social para a defesa territorial em nossos países.

Porque celebramos a vida, a mineração na Nossa América não passará.”

Fonte: Declaração do V Encontro do Observatório de Conflitos de Mineração da América Latina – OCMAL, <http://www.conflictosmineros.net/noticias/comunicados-ocmal/15723-declaracion-v-encuentro-del-observatorio-de-conflictos-mineros-de-america-latina-ocmal>

Início

- Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário



Foto: Lúcia Ortiz

Da forma como é usada no mundo empresarial, a “sustentabilidade” promete, entre outras coisas, que a atividade econômica não violará direitos das comunidades afetadas e que futuras gerações poderão desfrutar do meio natural onde a atividade é praticada. ONGs, empresas e governos que promovem o “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) afirmam que isso é possível na floresta tropical, lançando mão da certificação pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal) como garantia.

Um estado pioneiro e referência para o MFS no mundo é o Acre, na região Amazônica do Brasil, inclusive para o “Manejo Florestal Sustentável Comunitário” (MFS Comunitário). Neste caso, a extração da madeira é praticada dentro de territórios de comunidades seringueiras. Para elas, o MFS tem sido apresentado com muitas promessas. As principais são que ele poderia aumentar muito a renda dessas pessoas e, ao mesmo tempo, conservar a floresta para as gerações futuras.

Numa visita a campo no Acre, ouvimos seringueiras e seringueiros que, através de suas associações, têm participado do MFS Comunitário, inclusive de áreas certificadas pelo FSC. Eles vivem nos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs) Porto Dias e Chico Mendes. O PAE Porto Dias foi a primeira experiência do MFS Comunitário no Acre.

Neste artigo, decidimos não revelar a identidade da maioria das pessoas que tomaram seu tempo para conversar conosco, buscando evitar que sofram constrangimentos em relação àquilo que denunciaram: que o MFS, mesmo quando é chamado de comunitário, não cumpre suas promessas e ameaça os direitos dos seringueiros a manter seu modo de vida e o controle sobre a floresta da qual dependem.

O Manejo Florestal Sustentável (MFS) no Acre

Um dos principais incentivadores do MFS na América Latina foi o Banco Mundial, o qual, junto com

outros doadores, lançou o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais/PPG7” durante a Rio-92. Um dos objetivos era estimular a “produção sustentável” que pudesse, ao mesmo tempo, desenvolver e conservar a floresta: um “desenvolvimento verde”. (1)

No Banco Mundial e em órgãos da ONU como a FAO, predomina a visão que vê a floresta como “fonte de madeira”. Portanto, o MFS mais incentivado trata-se de uma extração de árvores para madeira, chamada de “seletiva”. Engenheiros florestais começaram a fazer inventários das espécies de árvores em áreas de floresta, o que serve de base para elaborar um plano de extração – “plano de manejo” – pelo qual, a cada ano, uma parcela da área é objeto de corte, fixando-se um limite ao volume de madeira a ser extraído e voltando à mesma área de corte após um ciclo que pode variar de 15 a 30 anos.

Segundo a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), as áreas de florestas tropicais no mundo que estão sob algum “plano de manejo” cresceram, chegando a 131 milhões de hectares em 2011. As áreas sob um plano de manejo considerado “sustentável” aumentaram, entre 2005 e 2011, de 36 para 53 milhões de hectares (2).

No Brasil, na gestão da ex-Ministra do Meio Ambiente Marina Silva (do Acre), criou-se em 2006 a Lei 11.284, de Florestas Públicas para poder conceder áreas de floresta do Estado à iniciativa privada, criando-se também o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para coordenar o tema. As três concessões já ocorridas tratam de exploração de madeira “sustentável” por um período de 40 anos, favorecendo cinco empresas madeireiras. (3) O potencial de concessão à iniciativa privada é estimado em nada menos que 241 milhões de hectares. (4)

No Acre, a coalizão de partidos políticos que governa o estado desde 1999 aderiu desde seu início ao pensamento do MFS. O atual governador Tião Viana afirmou em 2012 que “as florestas acreanas são espaços de produção e de riqueza, com características extrativistas, amparadas pela introdução de ciência e tecnologia”. A partir disso, pode-se criar “uma economia dinâmica e sustentável para as gerações atuais e futuras”, bem como uma “inserção global, inteligente e humana no mundo”. (5)

Durante o “2º Encontro Internacional de Especialistas em Manejo Florestal Sustentável”, realizado no Acre em 2011 para celebrar o 25º Aniversário da ITTO, Eduardo Mansour, representante da organização, disse que “o Acre conseguiu imprimir um modelo de desenvolvimento sustentável que é um exemplo para todos porque seguiu padrões criteriosos de respeito a floresta, às populações tradicionais”.(6)

Impactos do MFS Comunitário sobre as comunidades

- Uma proposta que vem de cima para baixo

O FSC Brasil afirma que a busca de “alternativas de modelos sustentáveis de desenvolvimento” no Acre “está embasada nos ideais de defesa da floresta e desenvolvimento sustentável, iniciados e promovidos por Chico Mendes”, o principal líder no processo de organização e luta dos seringueiros no Acre e no Brasil.(7) A referência constante à figura do Chico Mendes prevalece nos discursos daqueles que comandam e se beneficiam hoje do MFS no Acre.

Mas companheiras/os que militavam ao lado de Chico Mendes afirmam que ele lutou para criar territórios, Reservas Extrativistas (RESEX), onde os seringueiros pudessem exercer suas atividades com autonomia e com controle do território e da floresta. O MFS não fazia parte dessa proposta, e tampouco o MFS Comunitário. O líder seringueiro Osmarino Amâncio observa que:

“Foram as décadas de 1980 e 1990, foram duas décadas de discussão. (...) e estava eu, Chico Mendes, Raimundão, Pedro Rocha, tinha um bocado de dirigentes da época, que nós sentamos para discutir os critérios da criação da Reserva Extrativista e a primeira proposta era garantir a sobrevivência dos povos da floresta porque a disputa na época era o território. Então a primeira proposta era uma proposta de reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.”

O MSF Comunitário surgiu no Acre em meados dos anos 1990 com ajuda de técnicos da ONG CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia), conforme conta um seringueiro antigo de Porto Dias. Ele diz que foi uma proposta que veio de cima para baixo, dando aos seringueiros duas opções: “ou fazer o manejo legal ou nossa floresta viraria fumaça”, em referência ao avanço da pecuária, o desmatamento e a exploração madeireira ilegal. Para convencer a comunidade, os técnicos do CTA prometeram que o MFS resultaria numa boa renda, enquanto a extração seletiva, de “baixo impacto”, conservaria a floresta.

O governo do estado foi outro ator fundamental, subsidiando o MFS Comunitário e a certificação FSC com recursos, inclusive internacionais. Em 2002, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), deu US\$ 65 milhões para o Acre promover o “desenvolvimento sustentável”, tendo o Manejo Florestal e a Infraestrutura como “instrumentos” fundamentais (8). Alguns moradores denunciam que só entrando no MFS conseguiram ter acesso a uma estrada – chamada “ramal” na floresta – melhor, como se entrar no MFS fosse uma condição para obter este benefício. Outro incentivo do governo foi dar licenças para o MFS, que capacitou também 850 agentes agroflorestais. Como denuncia um dos comunitários ouvidos, esses agentes são formados com o objetivo de “fazer a cabeça das comunidades para o MFS.”

A principal empresa certificadora do FSC no Acre, a Imaflora, também tem se esforçado para convencer comunidades a entrar no MSF Comunitário, afirmando que “tomar a certificação e seus benefícios acessíveis às comunidades e pequenos produtores, atraindo-os para um modelo de uso sustentável da floresta, é um trabalho conduzido como prioridade pela Imaflora desde o início da sua história”.(9)

- Os “engenheiros” e as empresas tomando conta da “colocação”

Quem vem falar do manejo sustentável e também da certificação florestal do FSC, segundo comenta um seringueiro, “não são pessoas da mata”, em referência aos engenheiros das firmas que fazem o inventário ou que conduzem a certificação, complementando que “quando engenheiros falam, fica todo mundo quieto”. Com eles, citando as palavras do governador do Acre, a “ciência e tecnologia” entrou nos territórios dos seringueiros.

Contrariando a proposta inicial idealizada por Chico Mendes, o MFS Comunitário representa uma forma pela qual outros assumem o controle sobre os seringais das famílias, algo que chega, por exemplo, no caso das famílias do PAE Chico Mendes, a 50% da sua “colocação” – o nome dado à área de coleta do látex de uma família seringueira. Trata-se, na sua essência, de uma violação dos direitos territoriais da comunidade, porque mulheres e homens seringueiros não podem mais usar livremente seu território. O MFS Comunitário, ainda mais quando é certificado, fortalece a voz do engenheiro que dirá o que será feito na área sob esse sistema, e não mais o seringueiro.

- Promessas de renda frustradas

As pessoas e as instituições que convenceram as comunidades a entrar na extração de madeira para fins industriais prometeram uma renda expressiva. Mas um casal de moradores do PAE Chico

Mendes se sente frustrado, afirmando que ganhou pouco dinheiro: de cerca de 10 hectares dos quais a madeira está sendo extraída, eles receberão algo como 3.000 reais, mas se queixam de que este valor será pago apenas no final do ano e uma porcentagem ainda fica com a Cooperfloresta (veja quadro abaixo). Eles garantem que, com a coleta da castanha, por exemplo, conseguem uma renda melhor. A família conta ainda que, apesar de terem decidido sair do MFS Comunitário, isso não é tão simples; ela precisa continuar por mais um tempo para poder pagar as despesas com o trabalho técnico, a exemplo do inventário realizado por terceiros antes de o manejo começar. Dizem que isso faz parte do contrato que assinaram e pelo qual assumem essa dívida, com o detalhe de que não tem cópia desse contrato firmado com a Cooperfloresta.

A Cooperfloresta

A Cooperfloresta (Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários) é uma cooperativa fundada em 2005 e composta por famílias extrativistas, através de 6 associações, das quais 4 com áreas certificadas pelo FSC (6). A Cooperfloresta é responsável pela venda da madeira dos associados, buscando um preço melhor. O Governo do Acre tem subsidiado a Cooperfloresta junto com o governo federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. (10)

Segundo um dos moradores do PAE Porto Dias, a Cooperfloresta foi criada no prazo de um mês, sem muita discussão, e é “mais empresa que cooperativa”. Seu site mostra uma “parceria consolidada” com, por exemplo, a ITTO e a Triunfo Laminados, empresa madeireira denunciada por crimes ambientais, péssimas condições de trabalho e graves impactos sobre a comunidade seringueira São Bernardo. (11)

Segundo Dercy Teles Cunha Carvalho, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, a Cooperfloresta “não funciona dentro dos conceitos de cooperativismo”, e “(..) mesmo saindo do manejo, se retirando do processo, ainda tem que pagar os serviços que foram prestados para fazer o inventário. É que as pessoas são muito mal informadas e até um certo ponto, ingênuas, confiam na palavra.”

Mesmo chamado de “comunitário”, o MFS Comunitário trata-se de uma atividade com fins industriais, cada vez mais realizada por empresas e não por comunitários. Enquanto o seringueiro fica com algo que, pelos vários relatos, não ultrapassa os 60 reais por metro cúbico por família, uma madeireira em Xapuri conta que a venda da madeira serrada no porto de Santos, um dos principais do Brasil, é capaz de render até 2.500 dólares por metro cúbico.

Um morador de Porto Dias concorda com os “engenheiros” quando estes dizem que a madeira certificada pelo FSC resulta num valor extra, algo como R\$ 240/m³ de madeira, comparado com R\$ 120/m³ para um plano de manejo não certificado. Mas, ao mesmo tempo, ele denuncia que entrar na certificação aumenta os custos porque há despesas adicionais com consultorias e auditorias. Por isso, o ganho extra se reduz em função desses gastos adicionais, cobrados das famílias que participam do manejo. Outro morador de Porto Dias diz que a tentativa da associação, que tem o manejo certificado, de montar uma marcenaria para agregar valor à madeira certificada não deu certo. As camas que fizeram ficaram muito caras, comparadas com camas de madeira não certificada, e

eles não conseguiram vendê-las no mercado local.

As dificuldades enfrentadas, mesmo com todos os subsídios do Estado, fortalecem a tendência da extração de madeira a ser cada vez mais feita por empresas. Um morador do PAE Porto Dias explica: “Você paga 1.000 reais para 2 motosserristas, mais 150 de gasolina, o caminhão cobra 100 reais. Além disso, muitas reuniões, você perde dia de serviço. No legal, você tira 700-800 reais de 12 metros cúbicos”. Outra tendência crescente em função dos problemas é a venda de “madeira em pé”. Mesmo rendendo menos por hectare, a seringueira/o, neste caso, não precisa fazer mais nada, só receber o valor combinado por hectare com a empresa madeireira.

- O modo de vida e o futuro da floresta dos seringueiros colocados em cheque

Uma família da PAE Chico Mendes decidiu se retirar do MFS Comunitário. Um dos principais motivos foi a devastação da mata que presenciou dentro do seu território que costuma usar para a coleta de produtos não madeireiros. Durante a nossa visita, eles mostram um grande pátio aberto no meio da floresta, dentro da sua “colocação” – vários novos caminhos no meio da floresta foram abertos para que o chamado “skidder”, uma espécie de pequeno trator usado para arrastar as toras, chegasse a esse pátio onde as toras ficam estocadas até o transporte com caminhão para a serraria. A família conta que todos esses caminhos abertos contribuem para entupir estradas de seringa que costumam usar, fazendo crescer plantas daninhas.

Um morador do PAE Porto Dias conta que há três anos abandonou o MFS comunitário. Ele diz que “despertou”, entendendo que mexer com madeira foi uma forma de tirar a tradição dos seringueiros: “Ele [o seringueiro] tira borracha, sabe vender, tira castanha, sabe vender. Madeira não é coisa para seringueiro, é para engenheiro”.

Dercy Teles conta sobre o MFS comunitário que:

“Participei da primeira discussão que fizeram de forma regional. Os seringueiros ficavam todos encolhidos, encostados na parede morrendo de medo dessa história. Era uma estratégia tão bem montada que, apesar de não ser fácil, eles conseguiram convencer as pessoas. (..) eles apresentaram o Plano de Manejo didaticamente, minuciosamente, com todos os detalhes, com essa história de que a atividade não é ameaçadora, pois onde tem três árvores da mesma espécie – mãe, filha e neta – você tira a mãe, depois a filha e depois a neta, e neste ciclo, outras vão crescendo. Isso não procede – quem conhece a floresta sabe disso. Eu, conversando com um seringueiro de uma dessas famílias que eu acompanhava dentro da reserva e a gente falando sobre o manejo, ele me disse: ‘Dercy, moro aqui há 24 anos, quando cheguei aqui aquele pé de jatobá já produzia frutos. Vai lá e vê quantos pés de jatobá novo tem em torno dele: zero’. Então não procede essa questão. Até porque o inventário é feito, por exemplo, se aqui eles fizeram três talhões de 10 hectares, ele faz o inventário de 1 hectare. A gente sabe que a floresta é assim, pode ser que aqui tenha duas ou três árvores da mesma espécie e no resto, nenhuma. Então, se tira aqui, compromete a espécie.”

Um morador de Porto Dias faz um alerta quanto ao risco de a quantidade extraída de madeira ser maior, aumentando ainda mais o impacto sobre a floresta; ele justifica esse risco dizendo: “Todo mundo sabe que madeira dá dinheiro”. Além disso, a tendência a vender a madeira “em pé” é outra que pode resultar em mais destruição. E ainda existe o risco de mais destruição pela falta de cuidado nos trabalhos de extração e transporte por trabalhadores terceirizados, às vezes pouco preparados e com frequência atuando em condições precárias, o que é confirmado em diversos relatórios de auditoria do FSC no estado. A presença de empresas e trabalhadores de fora nas

comunidades também causa outros impactos.

Impactos da entrada de empresas madeireiras na vida das meninas e das mulheres

Outro aspecto preocupante é que quando comunidades entram no MFS Comunitário, também entram no seu território empresas, trabalhadores de fora, gerando impactos, sobretudo sobre as meninas e mulheres. As empresas entram não só para fazer trabalhos de inventário e de corte, mas também acabam interferindo na vida da comunidade. Segundo conta Dercy Teles:

“Sabemos que quem faz a exploração da madeira são as empresas contratadas para este fim. O seringueiro em si é apenas o guia. Quem faz o inventário da área são pessoas externas. Além dos danos colocados, ainda alteram a situação familiar porque, na maioria dos casos, arranjam casa para as mulheres da região e acabam com os casamentos. Tem casos de prostituição. Na comunidade Simintuba, a empresa que foi fazer o inventário alterou toda a vida da comunidade. O índice de prostituição aumentou – as meninas adolescentes se prostituíram a partir da chegada dessa empresa, o que levou em separação de um casal.”

Outro morador de Porto Dias afirma que seria melhor “largar a mata, a questão da madeira”, mas reclama que há pouco incentivo do governo para isso e, em geral, pouco apoio para propostas das comunidades. Dercy Teles afirma: “A RESEX [Reserva Extrativista], este instrumento foi pensado para garantir o meio de vida do seringueiro, para garantir que pudesse ter a floresta e que o extrativista vivesse dela, e nela, de maneira legal, com direitos de uso do território concedido a ele e sua família. A questão é que o RESEX virou outra coisa pela falta de políticas públicas que favoreçam o extrativismo de base comunitária. (...) Com os pecuaristas avançando na reserva, os comunitários acabam cedendo à criação de gado, porque o boi é a única coisa que gera renda, dinheiro rápido para eles atender a nova demanda de consumo, com a chegada da rede de energia.”(12) Mas Dercy também disse: “Não sou obrigada a derrubar a floresta da minha colocação para criar gado e posso conciliar isso com outra atividade. Como eu concilio. Crio gado. Não sou pecuarista.” Vários comunitários confirmam que a falta de renda que vem da venda de madeira faz com que a pecuária – atividade que a extração de madeira pretendia parar – avança.

Considerações finais

Ricardo da Silveira Carvalho, em sua dissertação de mestrado sobre o manejo madeireiro em comunidades no Sudoeste da Amazônia, com um olhar para além da engenharia florestal (2009), resume que “o maior cuidado técnico-científico na exploração de madeira [com o MFS Comunitário], além de não garantir a conservação da estrutura da floresta (...), não se reverteu em ganho financeiro para essas comunidades (...). Comunidades que, aliás (...), nunca tinham sequer pensado esse tipo de exploração em suas florestas, tendo sido abordadas numa ação de convencimento, de difusão do manejo madeireiro” e que “a política de difusão do manejo madeireiro em comunidades no Acre não cumpriu nenhuma das suas promessas originais”.

Mas a prioridade do governo do Acre continua sendo o MFS, incentivando cada vez mais uma atividade da qual tiram proveito sobretudo empresas que fazem parte da cadeia de comercialização

das madeiras tropicais no Acre, no Brasil e no mundo. No Acre, em 2010, mais de 960 mil hectares já tinham planos de manejo sustentáveis licitados pelo IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Acre) em áreas públicas, privadas e comunitárias, das quais 30,3 mil hectares foram explorados em 2010. Isso resultou numa quantidade de madeira extraída de 756 mil m³ em tora, a maior parte extraída por empresas e grandes proprietários. Isso representa um volume 79% maior do que em 2009 e 150% maior em relação à quantidade de madeira em tora extraída anualmente na década anterior, (13) mostrando que a extração de madeira no Acre está em plena expansão.

Em consonância com o aumento do volume de madeira “certificada”, o governo do Acre destaca seus investimentos para a “inserção global, inteligente e humana no mundo” citando mais uma vez o governador do estado. Num dos seus materiais de propaganda, o governo do estado afirma que a construção da rodovia BR-317 abrirá “importantes oportunidades para o escoamento da produção do Norte e do Centro-Sul do Brasil para os portos do Pacífico” e que a continuação desta rodovia para o estado do Amazonas “possibilitará o transporte das mercadorias acreanas até o Porto de Manaus e daí para os mercados da Venezuela e do Atlântico Norte”, visando a exportação. (14) Vemos então que, em vez da redução do consumo de madeira tropical, necessária por ser ele uma das principais causas diretas de desmatamento, criou-se um novo mercado de madeira “sustentável”. Ironicamente, é no Acre que falta madeira.

A falta de madeira no Acre

O aumento do volume de madeira “sustentável” para o mercado internacional contrasta fortemente com a falta de acesso à madeira para as pequenas serrarias e moveleiras na capital do Acre, Rio Branco. Essas empresas conseguiram em algum momento um acordo com intermediação do governo do Acre para que as grandes madeireiras lhes fornecessem madeira por um preço combinado, mas contam que isso não funcionou porque só recebiam toras pequenas e não as boas, grandes, que não ficam no Acre. Significa que o tipo de exploração “sustentável” que é feito acaba prejudicando o mercado local e favorecendo outro mercado, fora do Acre e do Brasil. Serrarias que se atrevam a comprar madeira de áreas sem a devida licença correm o risco de ser multadas pelos órgãos do Estado que não admitem a comercialização de madeira que não seja oriunda de áreas de MFS.

Sendo assim, a extração da madeira tropical “sustentável” e “certificada” hoje em dia é feita para que alguns poucos, nos centros urbanos do Brasil e em outros países, principalmente os mais industrializados dos países do Norte, tenham acesso a produtos exclusivos feitos com essa madeira nobre, à custa da grande maioria do povo das áreas de extração e seu entorno.

Encerramos, reafirmando que é preciso respeitar, valorizar e incentivar o modo de vida das comunidades seringueiras; elas têm uma vasta experiência em práticas que dominam, as quais não acabam com a floresta e nas quais que gastam relativamente pouco como a coleta de látex, castanha e açaí. Como afirma Dercy Teles: “Em primeiro lugar, acreditamos que, se é para garantir a preservação da natureza, tinha que valorizar os produtos que são secularmente provados que são sustentáveis, como é o extrativismo. (..) Seringueiro é o extrator. Extrai látex. Para a gente, o significado disso é de bem-estar, porque você tem uma vida extremamente sossegada, em harmonia com a natureza. É muito bom viver na floresta.” Ou citando o próprio Chico Mendes:

“Aprendemos com os índios e com a floresta uma maneira de criarmos os nossos filhos. Atendemos a todas as nossas necessidades básicas e já criamos uma cultura própria, que nos aproxima muito mais da tradição indígena do que da tradição dos ‘civilizados’. (..) juntos (índios, seringueiros, ribeirinhos, etc.), nós podemos proteger a natureza (..).”(15)

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy, WRM,

(1) <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/>.

(2) Em Paula, Elder Andrade de (2012), “A dupla face da destruição das florestas tropicais” (http://www.wrm.org.uy/oldsite/paises/Brasil/A_dupla_face_da_destruicao_das_florestas_tropicais.pdf).

(3) www.florestal.gov.br.

(4) br.fsc.org; “FSC certification Project for community management and concessions’ stakeholders”.

(5) Acre+20 – Uma Terra de Sonhos, um Mundo de Oportunidades, 2012 – revista .

(6) Op. cit Nota (2).

(7) <http://br.fsc.org/newsroom.261.4.htm>.

(8) Carvalho, Ricardo da Silveira: “Desenvolvimento, sustentabilidade e manejo madeireiro em comunidades no sudoeste da Amazônia: um olhar para além da engenharia florestal”. Dissertação de mestrado, universidade de Lavras, 2009.

(9) http://intranet.gvces.com.br/cms/arquivos/caminhos_para_a_mudanca.pdf.

(10) http://cooperfloresta.com/home/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=57.

(11) <http://www.wrm.org.uy/oldsite/boletim/172/opiniao.html#7%20e>.

(12) Revista Contracorrente, entrevista com Dercy Teles Cunha Carvalho, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, “O extrativismo morreu”, 2013

(<http://issuu.com/guilhermeresende/docs/contracorrente5>).

(13) Op. cit Nota 2

(14) Op. cit Nota 5

(15) Op. cit Nota 8

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Processados por protestar contra a destruição “refinada” da Wilmar

Oito ativistas da Robin Wood, um grupo de base com sede na Alemanha, foram processados em outubro de 2013 por participar de uma manifestação pacífica voltada a proteger as florestas tropicais da Indonésia. Em setembro, os ativistas penduraram um banner na refinaria de óleo de dendê da Wilmar na Alemanha, onde se lia: “destruição refinada da Wilmar – nada de óleo de dendê oriundo de desmatamento”. Eles foram condenados por “agressão”.

A Wilmar International é a maior proprietária mundial de plantações de dendê e a maior empresa em termos de refinar óleo de dendê na Indonésia e na Malásia. A empresa é um ator importante no sudeste da Ásia e também está em expansão na África, onde o grupo iniciou uma joint venture internacional para converter uma área de cerca de 6.500 hectares de floresta e terras agrícolas em plantações de dendezeiros. Os agricultores e suas famílias foram expulsos de suas terras sem indenização.

A Robin Wood iniciou uma campanha de solidariedade aos oito ativistas, pedindo que as pessoas enviassem cartas de protesto contra a intimidação que busca impedir que ambientalistas exponham

crimes ambientais.

Contato: Ute Bertrand, press@robinwood.de, Stefanie Hess, stefanie.hess@robinwood.de, http://environmentalpaper.org/mailman/listinfo/indonesia-forests_environmentalpaper.org

Início

- Brasil: Continuam as gravíssimas violações contra indígenas no Brasil

Em Mato Grosso do Sul, estado dominado pelo agronegócio, os Guaranis-Kaiowás lutam há anos pela demarcação das suas terras, enfrentando fazendeiros que invadiram suas terras, e também sendo criminalizados, enquanto também este ano lideranças continuam sendo assassinados. Em outras regiões no Brasil, como é o caso dos Tupinambás na Bahia, os indígenas enfrentam a mesma situação.

Em Mato Grosso do Sul, mesmo aquelas áreas retomadas por Guaranis-Kaiowás, como a terra Yvy Katu, consideradas prioritárias para demarcação, conforme o governo federal acordou com os indígenas, a Polícia Federal pretende realizar a desocupação, baseada em decisões judiciais que atendem os interesses dos fazendeiros e negam os direitos indígenas.

Em carta à sociedade brasileira de 12/12/2013, a comunidade indígena de Yvy Katu comunicou que vai resistir até a morte. Diante da surdez do governo brasileiro, declararam "(..) que não vamos sair mais de nossa terra Yvy Katu, (..), aqui queremos ser enterrados todos. Essa é a nossa decisão definitiva que não mudamos nossa decisão".

Para mais informações sobre a luta dos Guaranis-Kaiowás e campanhas de apoio, acesse www.cimi.org.br e <http://campanhaguarani.org/>

Início

- Diga não à tomada de poder pelas corporações: rejeite a Parceria Trans-Pacífica (TPP)

A Parceria Trans-Pacífica (TPP, em inglês) é um acordo de livre comércio altamente secreto e amplo, entre os Estados Unidos e doze países do Pacífico, incluindo Canadá, México, Nova Zelândia e Austrália. Textos vazados revelam que a TPP daria poder às empresas para processar diretamente os governos em tribunais comerciais privados e não transparentes em relação a leis e políticas que, segundo as empresas, reduzissem seus lucros.

Leis destinadas a combater as mudanças climáticas, conter a expansão dos combustíveis fósseis e reduzir a poluição do ar poderiam estar todas sujeitas ao ataque de corporações como resultado da TPP.

Além disso, o acordo poderia criminalizar o uso da internet, prejudicar os direitos humanos dos trabalhadores, manipular leis de direitos autorais, restringir a regulamentação governamental sobre a rotulagem dos alimentos e ter impactos negativos sobre o sistema de saúde subsidiado.

Foi criada uma campanha para mostrar aos nossos governos que não aceitaremos corporações estrangeiras destruindo nossa soberania, nossos processos democráticos ou nosso direito a um futuro seguro.

Assine o abaixo-assinado em <http://campaigns.350.org/petitions/say-no-to-corporate-power-grabs->

- Indonésia: ação sobre as florestas consuetudinárias

Em 16 de maio de 2013, o Tribunal Constitucional da Indonésia emitiu uma decisão confirmando que as florestas consuetudinárias são florestas localizadas em territórios indígenas, e não devem ser consideradas como Florestas Estatais.

Povos Indígenas em toda a Indonésia saudaram a decisão do Tribunal Constitucional e começaram a reabilitação de seus territórios, danificados pelas atividades de empresas que receberam licenças do Estado para operar.

Passaram-se alguns meses desde a decisão do Tribunal Constitucional, mas, até agora, não houve nenhuma tentativa por parte do governo de implementar essa decisão.

Assim sendo, haverá um processo longo e difícil antes de os Povos Indígenas terem e gerirem suas próprias florestas. Enquanto isso, o Estado continua a dar grandes extensões de áreas florestais para as empresas, fazendo que as conversões de florestas em atividades industriais estejam cada vez mais generalizadas. Assim, a justiça para os Povos Indígenas é ignorada permanentemente pelo Estado.

Os Povos Indígenas lançaram um abaixo-assinado para pressionar o governo da República da Indonésia a implementar o Tribunal Constitucional sobre Florestas Consuetudinárias e adotar imediatamente a lei sobre os Povos Indígenas!

Assine este abaixo-assinado e ajudar a disseminá-lo a outras pessoas.

<http://www.change.org/id/petisi/indonesia-government-implement-the-constitutional-court-s-decision-no-35-puu-x-2012-and-immediately-adopt-the-bill-on-indigenous-peoples>

- Lembrando o ativista comunitário laosiano Sombath Somphone, um ano após o seu desaparecimento

Sombath Somphone, talvez o mais destacado ativista do desenvolvimento comunitário no Laos e fundador do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Participativo (PADETC, em inglês) foi visto pela última vez na noite de 15 de dezembro de 2012, numa estrada em Vientiane. De acordo com imagens de uma câmera da CCTV, ele foi parado em seu próprio veículo pela polícia, desceu, e minutos depois, entrou em outro veículo e foi levado para a escuridão.

Desde então, um véu de silêncio desceu sobre o desaparecimento do homem que, em 2005, foi agraciado com o Prêmio Ramon Magsaysay de Liderança Comunitária. O governo do Laos, que negou qualquer envolvimento em seu desaparecimento, está sob pressão para dar uma explicação digna de credibilidade – o que ainda não aconteceu.